

EUROPA

Universidade de Verão debate novo rumo para Portugal

Edite Estrela



O grupo socialista no Parlamento Europeu, representado pela Delegação Portuguesa, associou-se, uma vez mais, ao PS na realização da Universidade de Verão na histórica cidade de Évora. Sob o lema "Novo rumo para Portugal", os participantes, nacionais e estrangeiros, debateram o futuro das cidades e o papel do poder local no desenvolvimento sustentável do país. Nesta segunda edição do novo ciclo, para além das aulas, dos trabalhos de grupo e dos jantares-debate, houve também lugar para a tertúlia nos cafés literários. Os eurodeputados socialistas participaram ativamente nas diferentes iniciativas. Coube-me, de novo, fazer o discurso de abertura, juntamente com Carlos Zorrinho, líder do grupo parlamentar, e Manuel Melgão, presidente da Câmara Municipal de Évora e nosso anfitrião. A participação de autarcas de cidades europeias enriqueceu a iniciativa, permitindo a troca de experiências e de boas práticas. Destaco a interessante intervenção do alcaide de Vigo, Abel Caballero, advogando que "a forma de recuperar a política é a proximidade, ou seja, poder andar na cidade

sem escolta e dizer bom dia às pessoas". O que devia ser normal está a tornar-se raro, contribuindo para alargar o fosso entre eleitos e eleitores.

Debateu-se o governo da cidade e da participação das pessoas na definição das políticas municipais. Questionou-se a qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Valorizou-se o trabalho em rede e a cooperação entre cidades europeias. Sublinhou-se a importância da dimensão ambiental no crescimento económico e dos municípios verdes. A Carta europeia e segurança urbana e a Carta europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local serviram de mote para a partilha de boas práticas no planeamento e gestão da cidade. Em suma, realçou-se o papel do poder local na construção da cidade.

Falar das cidades é falar da vida das pessoas. No sentido etimológico e mais restritivo do termo, cidadão é o que vive na cidade. Baudelaire escreveu que «a forma de uma cidade muda mais depressa do que o coração de um mortal». De facto, as cidades vão-se transformando, algumas desfiguraram-se, outras perdem pessoas e qualidade de vida.

A concentração urbana potencia o cres-

cimento, a criatividade e a inovação e cria o ambiente propício ao florescimento do comércio e da economia. Mas há também os problemas urbanos, relacionados com a degradação ambiental e com a exclusão social. A cidade influencia a vida das pessoas fora e dentro de casa. Uma cidade bem planeada, com bons transportes públicos e com os necessários equipamentos socioculturais, proporciona bem-estar aos seus habitantes, pelo que será uma cidade menos violenta, mais segura e geradora de felicidade.

O parque habitacional privado e público, existente em alguns núcleos urbanos, é de grande interesse histórico e exige verbas avultadas que sobrecarregam os orçamentos municipais. O governo português deveria aproveitar o quadro comunitário de apoio (2014-2020) para lançar um vasto programa de requalificação urbana. O que contribuiria também para impulsionar a economia portuguesa e travar as crescentes desigualdades sociais. As pessoas aceitam fazer sacrifícios se estes forem equitativos e partilhados por todos sem exceção. Mas revoltam-se, legitimamente, perante situações de privilégio e iniquidade. Faz sentido que alguém receba uma boa reforma,

acumulando com um principesco ordenado, e continue a trabalhar no mesmo setor? Faz sentido que um reformado do Banco de Portugal, ao fim de escassos anos, receba uma reforma superior ao ordenado do Presidente da República? Faz sentido que alguém possa auferir uma reforma choruda ao fim de uns meses de trabalho numa instituição bancária? Faz sentido que alguém se reforme por doença, receba a reforma e continue a desenvolver atividade remunerada? Não, nada disto faz sentido. Nunca fez e faz ainda menos no atual contexto. Este governo é forte com os pobres e fraco com os poderosos. Mantém estes privilégios e corta nas baixas pensões dos que já não recebem o suficiente para comer e para os remédios. Assim se aumenta a pobreza e se aprofundam as injustiças sociais.

Mais do que nunca, precisamos de governantes competentes e com sentido de Estado, qualidades que os líderes dos partidos da coligação governamental provaram não ter. As infantilidades de Paulo Portas e Passos Coelho já custaram muitos milhões de euros ao país, que as vítimas do costume, os contribuintes, vão ter de suportar. Também por isto, precisamos de um novo rumo para Portugal.

Europeias: as próximas eleições



António Correia de Campos

A poeira eleitoral começa a assentar. Na Alemanha, Angela Merkel foi uma formidável vencedora, progredindo oito pontos. O SPD progrediu apenas dois pontos, ficando muito abaixo das expectativas. Paradoxalmente, a direita perdeu representação no Bundestag, pelo facto de nem os liberais nem o novo partido extremista e anti-europeu terem logrado os 5% de votação mínima.

Sendo remota a hipótese de coligação entre a CDU-CSU e os Verdes, resta a grande coligação com o SPD. Vão começar as negociações que se anunciam longas e não fáceis. O presidente do SPD já antecipou os receios do abraço de urso, lembrando que Merkel tinha deixado o SPD em pantanas, nas últimas eleições, após coligação em que o CDU retirou os proveitos e o SPD as perdas, tal como na agora defunta coligação com os liberais, onde

Angela os sugou até abaixo dos 5%. Se impedir o bom-senso, a grande coligação far-se-á. Martin Shultz poderá vir a ser, direta ou indiretamente, o candidato alemão a presidente da Comissão Europeia. A mudança qualitativa na Europa seria sensível. O otimismo e o respeito pelos valores e princípios comuns seriam garantidos, a Europa Social poderia aguentar-se e a economia teria condições para ser moderadamente relançada, atenuando-se a crença irracional nas virtudes absolutas de um mercado cheio de falhas.

É sobre as Europeias que devemos concentrar-nos, a partir de agora. Serão mais importantes que nunca. Ocasão soberana para nos libertarmos do jugo de uma direita fria e incompetente, incapaz de lutar de forma esclarecida contra a crise que ela própria ajudou a criar ou a ampliar, prolongando mais que o devido o estado de insensibilidade financeira que levou ao financiamento, para além do sensato, de quase todas as pequenas economias da Europa. Recusando depois outras terapias que não fossem as de

choque, de resultados deletérios bem à vista em toda a Zona Euro. Uma Comissão decente e uma diferente composição do Parlamento Europeu (PE), com reequilíbrio de votos e perda de peso dos pequenos partidos dos extremos reforçaria a Europa, tornando os vagos desenhos do ideal europeu em realidades do século XXI. Se houve matéria onde nos últimos cinco anos se progrediu, foi no reconhecimento, dentro dos estados membros, da importância da Europa. As próximas eleições serão pois algo diferentes das anteriores. Primeiro, pela dominância dos temas onde a Europa tem um papel decisivo, como as finanças públicas, o controlo do sistema bancário, a economia digital, o comércio externo, o emprego associado ao desenvolvimento regional e à reindustrialização, a Ciência, Tecnologia e Inovação. Depois, porque face aos ataques aos sistemas sociais (previdência, saúde e educação), embora se trate de matérias de subsidiariedade, a influência do modelo social europeu pode ser um fio condutor de interesse comum. Finalmente,

por que o País tem de se saber colocar bem no palco europeu, sem arroubos de bom aluno, nem subserviências, nem desinteresse acéfalo.

Com apenas sete parlamentares, a delegação socialista portuguesa ao atual PE acumulou responsabilidades e experiência que são valioso capital. Não é sem admiração que outras delegações, bem mais numerosas, se surpreendem de termos uma presidência e vice-presidência de comissão, três coordenações do grupo parlamentar em outras tantas comissões, duas vice-presidências de assembleias parlamentares mistas, as presidências de uma comissão parlamentar mista e de um painel de especialistas. Embora alguns países, com eleições legislativas realizadas ou próximas, já tenha decidido sobre a composição das suas candidaturas, após o rescaldo das autárquicas e se nada de imprevisível ocorrer na política nacional, será a altura de quem de direito se preocupar com este tema. Um futuro que quadre ao País deve ser preparado com tempo.

Capoulas Santos conclui acordo político sobre a reforma da PAC com benefícios para Portugal

O eurodeputado Capoulas Santos concedeu, em nome do Parlamento Europeu (PE), o aval político sobre o pacote da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), na reunião interinstitucional que terminou na passada noite de terça-feira dia 24 de setembro. Capoulas Santos foi o relator desta instituição nesta matéria e conseguiu, na reta final da maratona negociada, aumentar em 10% a taxa de cofinanciamento do desenvolvimento rural até 2020 para grande parte do território português, permitindo, segundo as contas do eurodeputado, poupar cerca de 250 milhões de euros aos cofres do Estado. "Não é um fator negligenciável para os interesses de Portugal o facto de ter sido um relator português a conduzir esta negociação e foi preciso travar um verdadeiro braço de ferro com o Conselho de Ministros para forçar determinadas cedências", afirmou o eurodeputado que assim justifica que "esta reforma contém mais do que nunca marcas próprias da agricultura mediterrânica e portuguesa". A política agrícola comum tem 51 anos e foi criada pelos 6 países fun-



dadores à luz da realidade da sua própria produção agrícola - cereais, bovinos - o que tornou difícil o reconhecimento, em termos de medidas de política concretas, da especificidade da agricultura dos países que se foram acrescentando - vinha,

olival, fruteiras, no caso de Portugal. A futura política agrícola comum para o período entre 2014 e 2020 reverte esta tendência a favor de Portugal, segundo Capoulas Santos, ao incluir uma atenção particular a estas culturas permanentes

nomeadamente através da majoração dos seus atuais níveis de ajudas, possibilidades de investimento na irrigação, o que adquire uma especial importância na Europa do Sul. "Não tenho dúvidas de que tal é obra da codecisão e da faculdade que o PE tem de decidir em pé de igualdade com as outras instituições e do que neste contexto me foi proporcionado como negociador português", afirmou o eurodeputado que referiu ainda que o Conselho de Ministros tem que ser "aculturado" pela codecisão já que este procedimento significa que as "suas posições jamais serão absolutamente soberanas, ao contrário do que acontecia antes do Tratado de Lisboa". Capoulas Santos concluiu referindo que esta reforma é também, graças à participação do PE, a reforma mais verde e a que mais serve os interesses não apenas dos agricultores mas também dos contribuintes e dos cidadãos, ao incluir mecanismos claros de redistribuição das ajudas e de discriminação positiva das pequenas explorações e ao reforçar a componente ambiental das ajudas aos agricultores.

No rescaldo da crise o que ficará: a União Bancária?

Elisa Ferreira

De todas as iniciativas políticas tomadas pela União Europeia em reação à crise de 2008, a União Bancária parece ser a que se afigura mais útil e de mais provável concretização. A agenda inicial pós-crise incluía quatro eixos principais:

- O primeiro, sobre o relançamento da economia, sofreu metamorfoses: começou por ser uma "estratégia europeia" de competitividade assente na ciência, ambiente, tecnologia..., que soçobrou à nascerça perante a exiguidade do orçamento comum; seguiu-se a recomendação de estratégias de relançamento nacionais rapidamente substituídas pelo seu oposto - a austeridade - logo que os operadores financeiros começaram a duvidar da capacidade de os Estados Membros mais frágeis reembolsarem a dívida que tinham contraído... Ficámos pelo que temos: uma crise violenta, com custos sociais e económicos insuportáveis e que ainda vai durar...

- O segundo eixo surgiu na sequência do primeiro, ou talvez do seu falhanço, e materializou-se num conjunto de iniciativas de salvação da zona Euro. Foram iniciativas ad-hoc imaginadas no meio da crise; de uma assentada a Comissão Europeia desapareceu de cena e a condução política passou para os Estados Membros (EM), ou melhor, para alguns Estados mais fortes, e nalguns países os credores impuseram uma espécie de democracia



em intervalo prolongado com a invenção das "troikas". A zona Euro continuou a desagregar-se até que Mario Draghi decidiu interpretar de forma lata o mandato do Banco Central Europeu (BCE) e, no verão de 2012 estabilizou transitoriamente, com o anúncio das OMT, ("Outright Monetary Transactions"), a especulação sobre a dívida soberana...

- Esta intervenção do BCE só foi possível politicamente (isto é, autorizada pela Alemanha) porque estava em construção o terceiro eixo da agenda: a chamada "coordenação das políticas económicas" a qual, sendo, em si mesma, essencial ao

funcionamento da União e da zona Euro, redundou, na prática, numa atualização do Pacto de Estabilidade, que, apesar das suas várias virtudes não permitiu corrigir o seu enviesamento original ao privilegiar a convergência nominal (valores de défice e dívida) em detrimento da convergência real (aproximação da competitividade da economia real).

- Resta o quarto eixo, o do reforço da regulação e supervisão financeira. Este tema que, durante tanto tempo, foi uma bandeira dos socialistas europeus, teve de aguardar pelo eclodir desta imensa crise para ser reconhecido como prioridade

política europeia. Claro que a iniciativa e ação de Obama, trabalhando paralelamente do outro lado do Atlântico (Frank Dodd Act), impulsionou definitivamente a agenda internacional. Teremos de reconhecer, no entanto, que com todas as dificuldades que lhe são próprias, a União Europeia tem feito, nesta matéria, progressos importantes. Só o tempo permitirá concluir se a intenção que justificou os textos legislativos corresponde à eficácia da respetiva aplicação, mas inquestionavelmente há evolução. De entre todos, talvez o mais importante e difícil seja o da União Bancária: se o projeto chegar a bom termo, os bancos da zona Euro passarão a estar sujeitos a uma supervisão única liderada pelo BCE e a sua "resolução" gerida, também a nível europeu, por uma entidade de resolução única. As perdas serão imputadas aos acionistas e credores e os meios financeiros a utilizar na sua reorganização sairão de um fundo comum, financiado pela própria banca. São claramente propostas ambiciosas que se espera venham a poupar os contribuintes em crises futuras e, se as negociações em curso correrem bem, permitirão oferecer garantias adicionais aos depositantes. Quando e se a crise acabar, convém, no entanto, voltar a refletir séria e desapassionadamente não só sobre o que a Europa fez de bem em reação à crise mas também (e sobretudo) sobre o que podia ter feito infinitamente melhor e sobre quais as razões porque não o fez...

Nem tudo está bem quando acaba bem

Vital Moreira

1. Na que terá sido a sua última comunicação ao Parlamento Europeu sobre o estado da União, enquanto presidente da Comissão Europeia antes das eleições europeias de 2014, Durão Barroso procurou, como esperado, fazer o balanço dos últimos 4 anos de governo e apontar caminhos para o futuro da União, mas errou na análise das causas da prolongada crise europeia. Com efeito, o presidente da Comissão persistiu numa tese de que os Estados em dificuldades económicas e financeiras são os únicos culpados pela sua situação e que a União não é para aí chamada. Não reconhecer os erros cometidos no passado não é uma boa base para projetar o futuro.

Importa, pois, mais uma vez contestar esta narrativa distorcida sobre a partilha de culpas nos efeitos devastadores da crise de 2008 sobre vários Estados membros, incluindo Portugal. É evidente, à partida, que a crise, vinda dos Estados Unidos, não teve a mesma gravidade em todos os Estados-membros da União Europeia, tendo afetado mais duramente um pequeno número deles (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha, Chipre), que tiveram de recorrer à assistência financeira da União e do FMI. Sem dúvida que esses Estados são, antes de mais, vítimas de si próprios, nomeadamente de políticas menos prudentes (em alguns casos manifestamente irresponsáveis) de gestão das finanças públicas (défices orçamentais, excessivo endividamento público e privado) e de gestão económica (perda de competitividade, desequilíbrios externos, "bolhas imobiliárias", etc.), que os tor-

naram muito vulneráveis à crise.

2. Dito isto, não é possível esquecer as falhas por omissão e por ação da própria União Europeia.

Em primeiro lugar, há a registar as insuficiências da arquitetura do Euro, desprovida de mecanismos de disciplina do setor financeiro, de controlo dos desequilíbrios externos e de coordenação das políticas económicas. A união monetária não foi acompanhada das necessárias medidas no sentido de uma união orçamental, de uma união bancária (incluindo um mecanismo de regulação ao nível da União) e de uma genuína união económica.

Em segundo lugar, a União foi cúmplice no movimento de desregulação do setor financeiro, na base das teses neoliberais da "regulação light" e da "principles-based regulation" (oposta à "rules-based regulation"), com a agravante de que a criação de um mercado integrado e globalizado de serviços financeiros, com poderosos operadores transfronteiriços, não foi acompanhada pela criação de autoridades e de mecanismos integrados de regulação e de supervisão, tanto ao nível da União como ao nível global.

Em terceiro lugar, a União deixou multiplicar sem a devida sanção situações de violação da disciplina orçamental estabelecida pelo Pacto de Estabilidade e de Convergência, e assistiu sem reação nem correção à criação de "bolhas imobiliárias" (Irlanda, Espanha), de "bolhas bancárias" (Irlanda, Chipre), ou de volumosos desequilíbrios externos (Portugal), que a crise fez estoirar com estrondo e com profundos "efeitos colaterais".

Em quarto lugar, uma vez declarada

a crise bancária, a União começou por apoiar políticas de estímulo orçamental (Reino Unido, Espanha, Portugal), para tentar travar ou atenuar a consequente crise económica, o que levou ao agravamento da situação orçamental de alguns países e do seu endividamento externo.

Em quinto lugar, a União foi lenta e insuficiente na sua reação à agudização da crise orçamental na Grécia, tendo deixado contaminar imparavelmente outros países mais frágeis; durante algum tempo chegou a pairar sobre a União a ameaça de desagregação da moeda única.

Por último, tendo imposto aos países que tiveram de recorrer à assistência financeira duros programas de "ajustamento" orçamental e económico, a União não manifestou o mínimo zelo em contrabalançar os efeitos recessivos desses programas com ações de estímulo ao crescimento e à criação de emprego ao nível da União; o próprio pacto de crescimento e emprego aprovado tardiamente em 2012 continua em grande parte sem sair do papel.

3. O Presidente da Comissão Europeia pode com toda a razão regozijar-se com a superação da crise do euro e manifestar confiança nos progressos na resposta à crise orçamental e à crise económica. Os progressos na regulação financeira, na integração orçamental, na coordenação das políticas económicas, na união bancária, na criação da taxa sobre as transações financeiras, etc. são indubitavelmente de levar a crédito da União. O papel da Comissão foi essencial nessas medidas.

A União venceu o teste da crise mais grave da história da integração europeia e sai dela mais integrada e mais preparada para enfrentar novas crises no futuro. Mas, a União, e o presidente da Comissão, não podem esquecer a grave crise social ainda sem resposta (desemprego maciço, aumento da pobreza e da desigualdade social, enfraquecimento dos direitos sociais). Talvez por ter consciência dessa assimetria no ataque à crise, Durão Barroso veio anunciar agora que o reforço da dimensão social será uma prioridade para a Comissão nos próximos meses e que já em outubro emitirá uma comunicação sobre a dimensão social da união económica e monetária. Mais vale tarde que nunca! A necessidade premente de atacar os efeitos devastadores que esta crise provocou no plano social e de firmar um "pacto social" ao nível da União é uma reivindicação dos socialistas europeus, e em especial dos socialistas portugueses, há mais de um ano.

4. Sem deixar de enaltecer os esforços e os sucessos no ataque à crise, a União e os seus dirigentes não podem esquecer nem alienar as suas responsabilidades, quer nas causas que estiveram na origem da crise, quer no ataque insuficiente às suas consequências sociais. Esse seria o pior exemplo e a pior lição que podia ser retirada desta fase da construção europeia. A história desta crise é também a história da corresponsabilidade da União na sua origem e desenvolvimento. Em vez de ser enfeitada, essa responsabilidade deve ser devidamente assumida pelos dirigentes da União, e lembrada pelos europeístas como lição para o futuro.



Desemprego jovem – possíveis soluções

Luís Paulo Alves

Foi aprovado na última sessão plenária em Estrasburgo um relatório sobre desemprego jovem – soluções possíveis. Sobre o assunto, fui responsável pelo relatório de opinião, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional. Trazer milhões de jovens que estão afastados - pelo desemprego ou pela precariedade - para o mundo do trabalho, devolver-lhes a esperança num projeto de vida a que têm direito é um dos maiores desafios que enfrentamos hoje e que não podemos deixar de vencer.

Como tal, é crucial estimular a economia, corrigir políticas de educação e de emprego, adotando uma nova geração de estratégias pedagógicas mais apelativas e de uma maior inserção regional. Simultaneamente, precisamos de uma abordagem prospetiva que antecipe as evoluções do mercado do trabalho, de uma forte interligação escola e trabalho com uma transição mais eficiente para a vida ativa e precisamos que esta abordagem seja desenvolvida com uma base regional, cuja dimensão permite mecanismos mais eficientes de perceção e de solução dos problemas e onde são mais perceptíveis as necessidades de qualificação. Temos de fazer isto pelos nossos jovens e

pelo futuro da Europa.

Com estas contribuições, o Parlamento Europeu apresentou algumas soluções, entre as quais: Agir contra os cortes orçamentais efetuados pelos Estados-Membros no domínio da educação, da formação e da juventude; Visar prioritariamente os NEET (jovens sem emprego, fora do sistema de educação ou sem estarem a realizar um estágio), com o apoio da Comissão; Tomar todas as medidas necessárias para evitar o abandono escolar precoce; Relevar o papel das regiões nas políticas de formação e mobilidade; Reforçar da educação e a formação profissionais do pessoal docente; Promover a ciência, as tecnologias, a engenharia e a matemática nos programas de ensino; Criar um sistema comum de indicadores de resultados e de impacto para avaliar os progressos alcançados no âmbito dos diferentes programas que incluam medidas de emprego em termos da sua eficácia e eficiência e não, unicamente, da sua execução financeira; Promover a participação dos jovens na definição das políticas setoriais; Utilizar mais os sistemas de ensino duais de qualidade, que combinam ensino teórico e prático; Requerer ativamente apoio, iniciativas e outras formas de cooperação com o setor privado na luta contra

o desemprego dos jovens; Adotar um quadro de qualidade para os estágios, formações e aprendizagens; Melhorar a cooperação entre Estados Membros e a reforçarem as parcerias entre as empresas e o setor da educação a todos os níveis; Eliminar os obstáculos existentes aos contratos de aprendizagem, estágios de formação e estágios profissionais a nível transfronteiriço; Promover a qualidade no Ensino Profissional (EFP) no intuito de garantir um justo equilíbrio entre ensino e procura do mercado de trabalho; Melhorar os padrões de qualidade no ensino superior e no EFP bem como os respetivos acessos; salienta também a importância da aprendizagem de línguas estrangeiras nas escolas e no EFP como requisito prévio para o reforço das capacidades, da mobilidade e da maior realização pessoal dos jovens no mercado único; exorta os Estados-Membros a incentivar a inclusão do estudo de línguas estrangeiras nos seus sistemas de ensino; Apoiar o reconhecimento da aprendizagem não-formal; Promover a aquisição de competências gerais, como competências no domínio das TIC, capacidades de liderança, pensamento crítico, conhecimento de línguas e competências empresariais; Apoiar o trabalho independente entre os jovens, melhorando a educação empresarial; Por em prática



a transparência e a harmonização no reconhecimento das qualificações na União; Adotar o instrumento Garantia para a Juventude, apoiado pelo Fundo Social Europeu e de outros fundos estruturais da UE, definindo objetivos e indicadores claros, para medir e avaliar com eficácia o impacto desta iniciativa; Salientar a importância dos programas de mobilidade estudantil; Incluir em todos os programas da Comissão medidas especificamente destinadas a combater o desemprego dos jovens; Garantir um melhor acesso dos jovens às ofertas de emprego e de estágio e a integrarem nos seus cursos universitários uma formação de base em matéria de procura de emprego; Promover sempre o princípio da equidade e da igualdade de oportunidades.

Egito e Síria: Primavera e Inverno árabes

Ana Gomes

O Egito e a Síria são muito mais do que apenas países vizinhos na outra margem do Mediterrâneo: são determinantes no Médio Oriente e referências civilizacionais para todo o mundo islâmico. E se a Primavera Árabe nos ensinou alguma coisa é que os povos a sul e a leste do Mediterrâneo perderam o medo de se levantar contra ditaduras e injustiças. Porém, as notícias que nos chegam do Egito e da Síria são alarmantes.

Como se pode construir um Egito democrático e respeitador dos direitos humanos sem incluir todas as forças políticas em torno de um processo de reconciliação nacional? Tenho reiterado amiúde junto de interlocutores árabes que não há democracia sem inclusão. Uma força política com a representatividade da Irmandade Muçulmana (IM) no Egito não pode ficar fora do jogo democrático, deve ser puxada para o jogo. Levar a julgamento os seus filiados acusados de cometer crimes reforça o Estado de direito. Mas perseguir cegamente todos os seus apoiantes e condenar uma organização como a IM à clandestinidade equivale a fomentar o radicalismo político e religioso e, do mesmo passo, a subversão contra o Estado: é liquidar a democracia. (Tenho invocado Melo Antunes a explicar, em 1975, que se se fizesse o PCP expiar as culpas do 11 de março votando-o à clandestinidade, perderíamos a democracia em Portugal).

O Egito precisa urgentemente de um roteiro político com um calendário para a redação de nova Constituição e para a organização de eleições presidenciais e parlamentares com garantias de transparência e pluralismo. Aniquilar a participação da IM é inviabilizar a organização de eleições livres e justas. O governo de transição tem de libertar o Presidente Morsi, acabar com a perseguição a membros e simpatizantes da IM e tem de respeitar e fazer valer as liberdades de expressão, de associação e de imprensa. O fecho de quatro canais de televisão e de mesquitas e a recente decisão do tribunal administrativo do Cairo de tornar ilegal a Irmandade Muçulmana nada auguram de democrático no futuro do Egito.

Já na Síria, todos atualmente pretendem pôr em prática a proposta russa (que muito boa gente diz ser originalmente americana, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros polaco, Sikorsky, pelo caminho...). Como pode, no entanto, Bashar al Assad garantir a destruição de todo o arsenal químico sírio, se o seu regime não controla a integralidade do território? Mais, como é que se conduz um processo de desarmamento eficaz no meio de uma guerra civil e das duas "guerras por procuração" (entre chiitas e sunitas e entre a Rússia e o Ocidente) que se desenrolam na Síria?

O ultimato a Damasco tem de começar rapidamente a produzir alguns efeitos. E não pode substituir a há muito devida (mas bloqueada pela Rússia e China) resolução do Conselho de

Segurança das Nações Unidas sobre o conflito na Síria, ancorada nos princípios e valores da Carta das Nações Unidas – como frisámos numa resolução aprovada este mês no Parlamento Europeu.

É precisa uma resolução do Conselho de Segurança que firmemente intime Assad a destruir, sob verificação internacional, o arsenal químico que acabou por admitir possuir. E a parar de massacrar o seu povo e a negociar uma solução política que ponha fim ao conflito. A meu ver, é indispensável que uma tal resolução do Conselho de Segurança refira também os criminosos de guerra na Síria ao Tribunal Penal Internacional – todos, da banda massacrante do regime de Assad e da banda dos grupos terroristas que, com financiamentos sauditas e qataris, entretanto se infiltraram no terreno e são responsáveis por ataques sectários miseráveis como o que há semanas golpeou a aldeia cristã-aramaica de Maloula.

Sobretudo, importa não reduzir a Síria a uma "guerra de maus contra maus": não se pode nunca esquecer que, no meio, está um povo que se rebelou contra um regime opressor. A proteção desse povo tem de estar no centro da ação internacional. Por isso, a resposta da comunidade internacional – e da UE, em particular – não pode limitar-se à "boa consciência" da contenção da crise humanitária na Síria e nos países vizinhos, destabilizados pela avalanche de milhões de refugiados sírios e os problemas que transporta: da pressão económica e



social na Jordânia à conflitualidade no Líbano, no Iraque e até na Turquia (a questão curda complica-se).

É urgente focarmo-nos na procura de uma solução política negociada para pôr fim à guerra. Há muito que o Representante do Secretário-geral da ONU tenta reunir as partes sírias e potências envolvidas numa Conferência, designada de Genebra II. Que, para ter resultados, tem que chamar todos à mesa. Incluindo uma potência regional incontornável, até por ser apoiante de Assad: o Irão. E a nova presidência iraniana parece oferecer uma oportunidade imperdível, como se retira da troca de correspondência com Obama e do discurso de Rouhani na Assembleia-geral da ONU. Não apenas para pôr fim à guerra na Síria, mas também para se ultrapassarem as preocupações com o programa nuclear iraniano. As repercussões por todo o Médio Oriente seriam poderosas, incluindo no controlo do cancro centrado no conflito Israelo-Palestino. O que me leva a ponderar que, mesmo depois do mais brutal Inverno, pode sempre voltar a florir a Primavera Árabe. E não só...